



MERCADOS INFORMAIS E SOCIABILIDADES URBANAS NA PERIFERIA DE BRASÍLIA: o caso de Ceilândia – DF

Informal markets and urban sociabilities in the periphery of Brasilia: the case of Ceilândia – DF

Breitner Tavares

Doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), Bolsista Internacional da Fundação Ford e Comissão Fulbright, Distrito Federal, DF - Brasil, e-mail: btavares@gmail.com

Resumo

Este artigo faz uso de alguns marcos teóricos da teoria da cidade para repensar a trajetória de Brasília nos primeiros anos após sua inauguração, em 1960. Inicialmente, realiza-se uma discussão, em termos de seu processo de marginalização urbana e suas consequências em termos do surgimento, de locais informais de comércio. Em seguida, enquanto referencial empírico, recorre-se à trajetória da cidade de Ceilândia – DF, como consequência da rápida transformação da paisagem urbana de Brasília, a partir dos anos de 70. Além disso, será discutido o surgimento de espaços de sociabilidade de atores políticos que enfrentam a exclusão da cidade moderna a partir da redefinição de práticas solidárias tradicionais como mercado de trocas e feiras livres, como o caso da Feira do Rolo, um mercado que, em relação a outros centros comerciais, oferece ao consumidor produtos diversos a preços acessíveis. Nesse contexto, a feira constitui simultaneamente uma alternativa comercial para uma população pobre e uma parte da significativa memória coletiva da cidade, um patrimônio imaterial redefinido permanentemente por seus habitantes.

Palavras-chave: Teoria urbana. Metropolização. Segregação socioespacial. Mercado informal. Feira.

Abstract

This article makes use of some theoretical landmarks of the theory of the city to after rethink the trajectory of Brasilia in the first years its inauguration in 1960. Initially, a quarrel is become fulfilled, in terms of its process of urban segregation and its consequences in terms of the sprouting, of informal places of commerce. After that, while empiric reference, appeals itself the trajectory of the city of Ceilândia – DF, as consequence of the fast transformation of the urban landscape of Brasilia. Furthermore, the sprouting of spaces of sociability of actors will be argued insurgent citizens who faces the exclusion of the modern city from the redefinition of practical solidarity as free market of exchanges and fairs as the case of the Feira do Rolo, a kind of flea market, that in relation to other markets, offers to the consumer many products for cheaper prices. Consequently, the fair simultaneously constitutes a commercial alternative for a working class community; and one has left of the significant collective memory of the city, an immaterial heritage that has been redefined permanently by its inhabitants.

Keywords: Urban theory. Metropolization. Sociospatial segregation. Informal market. Street fair.

A rua é o aplauso dos medíocres, dos infelizes, dos miseráveis da arte [...] Bate, em compensação, palmas aos saltimbancos que, sem voz, rouquejam com fome para alegrá-la e comê-la. João do Rio. (RIO, 1997, p. 47)

INTRODUÇÃO

Este artigo faz uso de alguns marcos teóricos da teoria da cidade para se discutir a relação entre formação urbana em termos da periferização e o surgimento de locais informais de comércio. Para isso, enquanto referencial empírico, recorre-se a trajetória da cidade de Ceilândia – DF, como consequência da rápida transformação da paisagem urbana de Brasília. Por fim, será discutido o surgimento de espaços de sociabilidade de atores políticos que enfrentam a exclusão da cidade moderna a partir da redefinição de práticas solidárias tradicionais como mercado de trocas e feiras livres.

Diante disso, a discussão sobre o processo de desenvolvimento da cidade será base para se pensarem as seguintes questões: onde estaria a feira na metrópole contemporânea? No tipo de metrópole como Brasília, criada para estruturar uma burocracia governamental, haveria lugar para a sociabilidade como a do mercado informal?

Nesse contexto, a cidade é, enquanto espaço construído, resultado de diversas intervenções que atravessam valores e projetos econômicos e identitários. A diversidade de interesses e valores constituirá um espaço de competição social, assim como associações de múltiplos sujeitos pelo direito a permanecer na cidade.

TEORIA E CIDADE: em busca da capital

Um dos debates que adquire cada vez mais relevância no contexto das novas dinâmicas do mundo moderno diz respeito à cidade. Como este espaço apresenta novos fenômenos provoca grande interesse às Ciências Sociais. A cidade é expressa como um espaço heterogêneo e pode ser entendida pelo prisma weberiano, no qual uma relação social ou uma interação de pessoas dá

origem a sistemas complexos de relações como a família, o Estado, uma Economia de Mercado, uma fortificação entre outras que, por sua configuração, só poderiam ocorrer no contexto ocidental.

A cidade é um assentamento relativamente fechado, diferente de um pequeno povoado. Ela é fundada em uma sede senhorial-territorial, especialmente uma sede principesca abastecida de um centro econômico e político como o *mercado* para o comércio e aquisição de bens. Weber (1999) ao se referir às cidades medievais europeias, cita as feiras como formas de mercados que não possuem a capacidade de transformar um lugarejo em cidade. A realização da troca de bens não é apenas ocasional, mas regular na localidade, delineando-se como componente essencial das atividades aquisitivas e da satisfação das necessidades dos moradores em relação à existência de um mercado. Contudo, a negociação entre Estado e mercado nem sempre se dá de maneira harmônica. No contexto da cidade moderna, essas relações de centralidade do mercado se estabelecem de modo diverso, o que implica em diferentes estratégias de ocupação de zonas comerciais na cidade.

Tradicionalmente, a categoria metropolização foi empregada para a descrição e compreensão dos processos de socialização e desenvolvimento do espaço urbano em múltiplas frentes como a econômica, política e cultural. O termo metrópole é derivativo de *metr-*‘útero’, mãe; *polis-*‘cidade’. Este espaço, que ‘abriga a todos’, deve ser compreendido sob aspectos multirrelacionais, sejam eles de estrutura física ou organizacional, como os feitos por Mumford (1961), que abordam a metrópole a partir de suas dinâmicas tecnológicas, comunicacionais e arquitetônicas. Outros autores, como Simmel, estão mais voltados para aspectos mais psicossociais que se perguntam como a metrópole estabelece novas relações sociais e promove uma nova “intensificação da vida intelectual como a reação do indivíduo às forças urbanas despersonalizantes” (SIMMEL, 1973, p. 22).

A cidade de Simmel (1973) é a tragédia moderna, movida pela experiência esquizoide do indivíduo que estabelece como mediação das relações sociais a cultura do dinheiro. Relações de impessoalidade diante do grande grupo, que representa a cidade dispersa. Os indivíduos assumem a atitude *blasé*, que se caracteriza por

uma ansiedade recorrente pelo novo e um sentimento de incompletude e melancolia, que leva à atitude reservada, quase indiferente. Nas relações de mercado da pequena cidade os produtores e consumidores se conhecem; na grande metrópole, movida pela produção de mercado, compradores e vendedores são anônimos. Simmel (1973) observa que esse anonimato estabelece relações prosaicas e, às vezes, extremamente egoístas no plano econômico. A economia do dinheiro domina a metrópole e elimina as relações diretas de troca de mercadorias. A vida urbana repousa sobre uma complexa trama de hierarquias de simpatias, aversões, indiferenças efêmeras ou mais duradouras, que irão afetar as relações vicinais de mercado.

A influência de autores como Simmel e Weber se torna perceptível em grupos como o da Escola de Chicago, que empreendeu várias pesquisas com grande ênfase no aspecto do trabalho empírico frente à grande urbanização sofrida nos Estados Unidos a partir da Segunda metade do Século XIX. Aqui o desenvolvimento comercial atraiu um grande contingente humano e levou a cidade a ultrapassar a cifra de um milhão de habitantes até a década de 1890. Questões relativas à migração e aos conflitos entre minorias étnicas, raciais e de gênero foram abordadas extensivamente. A cidade seria um grande ‘laboratório de comportamento coletivo’. Apesar da reconhecida influência europeia, em especial a alemã, no que tange à conversão do historicismo para a Sociologia, Etnologia e a Psicologia popular. A Escola de Chicago obteve o mérito de criar um quadro teórico americano centrado na filosofia social do pragmatismo (JOAS, 1999, p. 217).

Atualmente, a perspectiva de análise das cidades, centrada na ideia da metropolização, como modelo de desenvolvimento como apresenta Santos (1996), depara-se com uma nova densidade dos fatos que dificulta uma real compreensão de tais fenômenos. Um dos processos observados em meio a esse novo tipo de urbanização foi denominado de ‘megalopolização’.

Sassen (2001) e Freitag (2002) diferenciam as categorias ‘megalopolização’ e ‘metropolização’. A primeira refere-se a uma noção não apenas quantitativa da vida urbana, mas a uma dimensão

qualitativa, ou seja, uma forma específica da vida societária em cidades gigantescas, típicas para este final de século XX. Essa perspectiva engloba aspectos ligados à dimensão das cidades em termos populacionais (acima de 10 milhões de habitantes), crescimento acelerado da urbanização, a constante migração de grandes contingentes populacionais que constituirá uma civilização de subculturas em si homogêneas, mas entre si divergentes.

Nesse contexto, Brasília não constitui ainda uma megalópole em termos quantitativos, com sua população aproximada de dois milhões de habitantes. Contudo, diante de seu ritmo de crescimento e dos vários conflitos entre Estado e outros grupos sociais, no que diz respeito à ocupação de seu solo urbano, indaga-se se essa cidade não estaria num franco processo de megalopolização, como visto no trabalho de Cruz (2003).

BRASÍLIA: aventura e modernização

Para Silva (1997), Brasília é tida como uma aventura que tenta dar um sentido à vida, a um ideal de modernidade que se dirige ao futuro, mas com o olhar voltado para o passado, uma mudança extraordinária. Brasília é o resultado de um esforço simbólico, a materialização de uma utopia, que se exprime em todo mudancismo dos anos cinquenta do século XX. Além disso, observa-se desde o início uma drástica hierarquização social estabelecida desde o período da construção. Havia os termos ‘pioneiro’ e ‘candango’, duas categorias de distinção social (LARAIA, 1996). O primeiro foi utilizado para se referir à elite de técnicos, engenheiros, arquitetos, autoridades políticas; a segunda remetia aos operários submetidos, às vezes, a condições subumanas em longas jornadas de trabalho. Estes diversos grupos migrantes, em sua maioria nordestinos, nômades, aventureiros, construíram a cidade e, diante da mudança social que esta lhes impôs, reconstituíram seus diversos valores, referenciais de identificação, muitos dos quais entraram em sérios conflitos com aquilo que se considerou como referencial de modernidade e transformação da sociedade brasileira.

Em termos formais, já havia no próprio projeto de Lúcio Costa uma preocupação com os aspectos relacionados à população. “Ela deve ser concebida não como simples organismo capaz de

preencher satisfatoriamente e sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer, não apenas como *urbes*, mas como *civitas*, possuidora dos atributos de uma capital”. Por outro lado, evidencia-se que existiam diferenças entre o posicionamento dos técnicos da NOVACAP, que se detinham a uma perspectiva formalista de se erguer uma cidade; estética e funcional, baseada em princípios de impessoalidade, em detrimento dos aspectos relacionados à população e à vida na cidade.

No período da construção da nova capital, os acampamentos teriam um caráter provisório, ou seja, após o término da obra deveriam ser desfeitos. Portanto, com o objetivo de se fazer jus à proposta conceitual de cidade-jardim e cidade linear, o plano de Lúcio Costa incluía a necessidade de impedir a ‘enquistação de favelas’ tanto na periferia urbana quanto na rural. Caberia à NOVACAP estabelecer diretrizes para assentamentos com o objetivo de que o Plano Piloto de Brasília fosse preservado em suas características originais, inclusive sobre os aspectos sanitários, permitindo prover “acomodações decentes e econômicas para a totalidade da população” (COSTA, 1995, p. 72). Mais adiante se inclui o termo ‘cidade satélite’ em substituição à ideia mais tarde reiterada em que se passa a afirmar que as cidades satélites deveriam surgir após a total ocupação do Plano Piloto.

Independentemente do caráter provisório imposto pelo planejamento da construção da capital, desde os primeiros tempos do antigo acampamento da Cidade Livre, atual cidade Núcleo Bandeirante, havia uma concentração da oferta de bens de consumo e serviços, principalmente pelo Mercado Diamantina, voltada a atender a demanda dos operários. Este lugar de mercado, segundo Tamanini (1994 apud ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, 1994, p. 56)

[...] fora se ampliando sem planejamento nem cuidado, concentrava o burburinho ruidoso, alegre e festivo, dos vendedores e fregueses e reservava imprevistos a cada passo. Ali tinha de tudo, desde o lombinho de porco, a carne de sol, até o chapéu de palha e o fumo de rolo, perfume barato e sabonete gessy [...] que produzia em todo mundo um sentimento bom de alegria de viver.

De fato, Brasília atraiu brasileiros de diversas localidades, fluxo que ainda hoje é contínuo. Alguns estudos como de Batista (2003), que associam o surgimento das feiras à diminuição no mercado de trabalho formal, além disso o ordenamento territorial e sua consequente periferização são outros fatores marcantes. A tradição do mercado como espaço que cria um sentido de pertencimento, acrescida à informalidade no trabalho é uma das hipóteses levantadas para explicação do surgimento das feiras no espaço urbano, como ocorrido no Distrito Federal. Ao abordar a atual Feira do Guará - DF, Batista (2003) argumenta que há impeditivos arquitetônicos na capital quanto ao estabelecimento de feiras livres, frente ao projeto habitacional de Brasília, as Superquadras. O arranjo espacial, que elevou o valor imobiliário do solo, e a burocratização do setor de mercado e serviços, teriam motivado o surgimento de pequenas ‘feirinhas’. Essa dinâmica era ‘natural’ e espontânea nas entradas das Superquadras, bem como em outros pontos de circulação da cidade.

Pode-se constatar que toda ênfase a aspectos da planificação urbana, como no caso de Brasília, de fato priorizou um projeto modernista da cidade baseado na dominação racional de uma burocracia de Estado. Contudo, em Brasília, assim como em outras metrópoles latino-americanas, a criação de uma metrópole moderna e pautada em princípios de uma mentalidade complexa e impessoal se deparou com as condições precárias de subsistência de toda uma população imigrante que se deslocava para os grandes centros. Disso decorre a criação de diversos espaços marginalizados com suas respectivas formas de economia solidária e de subsistência, como os mercados e feiras livres.

BRASÍLIA: modernismo e segregação socioespacial na América Latina

A categoria segregação socioespacial foi originada pela Escola de Chicago (COULON, 1995) e foi empregada para a descrição dos processos de urbanização nos Estados Unidos no início do século XX (anos 30 e 40). Ela exprime uma tendência da organização do espaço em zonas de grande homogeneidade social que se distribuem em função de critérios da diferença de

classe econômica, gerando a pobreza e seus ‘racismos espaciais’. O princípio essencial que influencia essa separação é a distribuição da moradia e locais de circulação no espaço urbano.

Lo que és socialmente significativo no és hecho de la pobreza o de la discriminación en si, sino la fusión de ciertas situaciones sociales y de una localización particular en la estructura urbana como reflejo de la estratificación social general. (CASTELLS, 1976, p. 207).¹

De fato, a segregação urbana não é simplesmente a projeção direta no espaço do sistema de estratificação, mas uma consequência da distribuição de renda e acesso ao espaço urbano.

No que concerne à América Latina (HARDOY; SCHAEDEL, 1975, p. 12) o processo de urbanização, em especial a divisão do solo urbano, por um lado expressa níveis de desigualdade, como o de classe social. Esse processo incentivou determinados grupos a se perpetuarem, apropriando-se dos benefícios da urbanização deixados por outros segmentos marginalizados nos assentamentos sem infraestrutura.

A ideia de se promoverem eradicções de favelas para instauração de assentamentos planejados já era recorrente na América Latina, com vistas à solução de problemas relacionados à imigração e ao crescimento populacional nas grandes metrópoles, desde os anos 60 e 70. Na cidade do México (MONTAÑO, 1983) foi problematizado o sentido dos ‘pobres de la ciudad’, como sendo as massas de trabalhadores migrantes, de características heterogêneas em termos de cultura e orientação geográfica. Aqui as classes sociais pobres são predominantemente vislumbradas como alvos da ‘Campanha de erradicación de ciudades perdidas en la ciudad de México’ promovida pelo Estado. Nessa campanha, onde são tratados aspectos políticos de assentamentos urbanos para classes populares desde os anos 70, para se eliminar ‘los asentamientos urbanos espontáneos’ (as favelas). No Brasil, concomitante ao mesmo período (KOVARICK, 1973) são instituídos programas de remoção de favelados sob o autoritarismo do regime militar, exemplificadas por projetos de

criação de cidades como: Cidade de Deus no Rio de Janeiro, e as Cidades Satélites, como Ceilândia no Distrito Federal.

Em Brasília, agentes imobiliários como bancos, empresas construtoras, bem como o próprio governo local se articulam em torno da população definida como ‘agente-paciente’ (PAVIANI, 1997). Essa categoria de sentido ambíguo remete à situação de uma mesma população, que por um lado é agente por ser trabalhadora, consumidora e construtora de suas moradias, e por outro lado é paciente ao se curvar diante das ações do Estado e de empresas que atuam no mercado imobiliário. Assim sendo, expandem-se as distâncias das novas cidades sem infraestrutura, com grandes contingentes populacionais, com baixo poder aquisitivo e se concentram as atividades de alto poder financeiro e tecnológico.

A periferização planejada de Brasília estabeleceu o sentido de ‘cidade dormitório’. Trata-se de espaços segregados, com precários equipamentos urbanos insuficientes para o suprimento das necessidades locais. Isso reforçou a secundarização da vida dessas cidades que dependem da oferta de empregos e serviços, do núcleo central, representado pelo Plano Piloto. Nessa condição, há um adensamento multifamiliar em moradias divididas até por dez famílias, como nas ‘cabeças de porcos’, cortiços insalubres no Brasil do século XIX. Segundo essa perspectiva de dinâmica urbana, centrada na especulação do solo urbano e na segregação de grandes contingentes de pobres, os quais têm diminuído seu direito à cidade ao serem lançados a grandes distâncias dos centros irradiadores do capital financeiro e do trabalho, Brasília não transcendeu o ritmo das demais cidades brasileiras.

Em outra abordagem, apresentada por Nunes (1997, p. 14), a pobreza na forma da segregação socioespacial seria o processo por meio do qual se originou uma urbanização periférica, que constituiu vários problemas, tais como a “má qualidade dos serviços coletivos e problemas sociopsicológicos decorrentes das dificuldades de adaptação dos migrantes a um novo espaço.”

¹ “O que é socialmente significativo não é a pobreza ou a discriminação em si, senão a fusão de certas situações sociais e de uma localização específica na estrutura urbana como reflexo da estratificação social geral.” (tradução livre dos editores).

No que concerne à segregação espacial ou à periferização, o caso de Brasília foi estudado por diversos autores, como Paviani (1996) e Sousa (1983). Estes estudos destacam o distanciamento das populações que são removidas das localidades próximas dos serviços coletivos (públicos e privados) como escolas, hospitais, trabalho, lazer, acesso a bens de consumo, entre outros, e acentuam o nível de exclusão social. A erradicação das ocupações definidas como invasões pelo então Governo do Distrito Federal, no final dos anos 60, eliminou várias favelas, como a do IAPI, as vilas Tenório, Esperança, Bernardo Saião e o Morro do Qerosene, para a criação de assentamentos, como o caso de Ceilândia.

Portanto, no que tange aos aspectos de urbanização e periferização no Distrito Federal, nota-se que apelo a premissas relacionadas ao planejamento urbano intermediado pelo Estado, são semelhantes aos que ocorrem em diversas metrópoles. Isso demonstra que os níveis de constituição dos problemas urbanos, bem como suas prováveis soluções podem ser observados em escalas mais amplas, como a nacional e a continental.

SEGREGAÇÃO ESPACIAL EM BRASÍLIA: o caso de Ceilândia-DF

Para se compreender a relação entre periferização e a formação de mercados informais no espaço urbano de Brasília, torna-se relevante a observação da cidade de Ceilândia, dada a sua configuração sócio-histórica. Ceilândia, cidade fundada em 1971, obteve seu nome a partir da sigla CEI - Campanha de Erradicação de Invasões. Esse projeto urbanístico tinha como propósito a remoção de invasões, termo atribuído às ocupações das várias vilas que se formaram dos acampamentos próximos à Cidade Livre (atual Núcleo Bandeirante). A justificativa do então governo do Distrito Federal, implementado em 1969, era a de que não seria possível a permanência das vilas, pois elas estariam invadindo a área do chamado ‘anel sanitário’², o que poria em risco as condições de saneamento básico da nova capital. De fato, nessas vilas havia uma situação de insalubridade séria. Não havia urbanização ou qualquer planejamento. Essas ocupações mantiveram o mesmo caráter

provisório dos acampamentos no período da construção de Brasília. Nas vilas, segundo levantamento feito em 1969 pela Secretaria de Serviço Social, havia quase 15 mil barracos com uma população superior a 80 mil pessoas, sendo que 71,98% das famílias compostas por essas pessoas tinham a renda familiar entre 0 e 2 salários mínimos (CODEPLAN, 1969). Havia, no entanto, uma estrutura social estabelecida. Cada vila constituía um espaço de sociabilidade: Vila do IAPI, Vila Tenório, Vila Esperança, Vila Bernardo Sayão. Ali as pessoas recriavam aspectos de suas origens, encontravam-se em barracões para dançar *farró*, plantavam árvores em seus quintais e tinham seus mercados - as feiras, onde a informalidade no negócio prevalecia sobre a venda formal definida como *rolo*. A vila do IAPI, a mais numerosa das ocupações, tinha uma pequena feira que abastecia a população local com alimentos. Quando a necessidade era maior se recorria ao Núcleo Bandeirante.

A proposta inicial, que cooptou os moradores das vilas no sentido de sua remoção foi a de que os próprios moradores construiriam, num sistema de mutirão, sua própria cidade. A Terracap determinou que a ‘habitação provisória’ (barraco de madeira) deveria ser erguida ao fundo do terreno, possibilitando que, oportunamente, na parte da frente fosse construída a casa de alvenaria definitiva, seja através do trabalho comunitário da própria população, seja através do financiamento pelo Banco Nacional de Habitação - BNH. Essa estratégia possibilitaria que as famílias construíssem futuramente moradias de alvenaria na parte dianteira do lote, obstruindo a visão ‘indesejada’ dos barracos de madeira.

A CEI leva nove meses para organizar um plano e um projeto, prevendo a remoção assim como toda estrutura e implantação dos 17 mil lotes previstos. A perspectiva para o assentamento estabelecido em Ceilândia estaria além da mera distribuição dos lotes e casas. As ideias concernentes à remoção concebiam uma ampla participação de todo núcleo familiar. Portanto, havia todo um ambiente dotado do discurso de convencimento da população, no que concerne à construção de uma cidade, que se daria ao longo de um processo de “adesão de equipamentos comunitários básicos, que posteriormente seriam ampliados” (VASCONCELOS, 1988, p. 59).

A Ceilândia, nos anos 70, constituía uma materialização espacial injusta, pois estava distante da oferta de trabalho, que era basicamente na construção civil (aproximadamente 30 km de Brasília), antes mais acessível a partir das vilas. Exceções constituíam as atividades construtivas de moradias, às vezes, sob a forma de mutirão, no próprio espaço de Ceilândia. Os transferidos para Ceilândia viram desestruturar-se o mercado de trabalho, que passou a demandar demorados percursos de mais de uma hora, além de gastos com o deslocamento, que antes era feito a pé ou de bicicleta. Outra desestruturação foi a da vizinhança, como também a do lazer, das feiras e das escolas. Em razão do volume de habitantes da Ceilândia, poder-se-ia afirmar que se trata da maior metrópole-dormitório do Centro Sul (PAVIANI, 1997).

Estudos como de Ammann (1987) salientam os fatores de cunho econômico que definem o perfil social do ceilandense, definindo-o como pluriclassista. Em termos de uma cultura política, os laços de identidade, de sentimentos comuns contraídos no local de moradia por meio das relações de vizinhança, levam o morador a reivindicar o direito de participar da vida na cidade. A cidade adquiriu visibilidade nos idos de 1978 pelo movimento dos *Incansáveis Moradores de Ceilândia*, quando tomam corpo as mobilizações de cunho contestatório e reivindicativo, quando as associações de moradores de Brasília, as quais constituíram um fato, um contraponto à política habitacional que refletia a segregação espacial. Atualmente, como já se notava no período da construção de Brasília, os habitantes de Ceilândia são oriundos de diversas localidades do país com predominância da região Nordeste 42,6% (CODEPLAN, 1997).

A MATERIALIZAÇÃO DA SOCIABILIDADE URBANA: a formação de mercados informais e feiras

Inicialmente, a Ceilândia contava com um Serviço de Abastecimento (SAB), entidade assistencial pública que levava alimentos a preço de custo à cidade. A SAB utilizava periodicamente um caminhão adaptado para funcionar como um 'mercado móvel' para atender às necessidades de

consumo dos moradores. Em contrapartida, já havia toda uma rede de vendedores ambulantes autônomos, os camelôs, que circulavam a pé, de bicicleta ou em pequenos carrinhos. Isso foi fundamental para uma cidade que não contava com uma estrutura de mercados de bens de consumo e serviços. Alguns pequenos comerciantes migraram das vilas com suas pequenas mercearias e padarias improvisadas em barracos. Logo em seguida, eles estabeleceram na região central da cidade uma feira que abastecia a população, na qual até mesmo material de velhos barracos desmontados eram comercializados como alternativa para aqueles que não poderiam comprar materiais novos nas pequenas madeiras. De fato, a prática da feira e, por conseguinte, do *rolo*, foi parte representativa das práticas de troca e intercâmbio de mercadorias realizadas pelos moradores das extintas vilas no entorno da antiga Cidade Livre. Esse sistema de trocas, rolo, era baseado em vínculos de solidariedade, nas relações vicinais dos moradores, em sua maioria operários da construção civil.

Sobre a relação da origem da cidade com a feira, foi obtido o relato de um pioneiro que poderia ser considerado histórico-mítico:

A Feira do Rolo começou com Brasília na Cidade Livre e continuou nas vilas. Depois que nós viemos de bicicleta lá do Bandeirante pra conhece o terreno onde ia ser Ceilândia, eu já tava cansado da viagem e resolvi trocar a minha bicicleta num relógio e foi assim que a Feira do Rolo começou em Ceilândia.

Quando houve, de fato, a remoção para a região onde seria construída Ceilândia, logo na região central, estabeleceu-se uma feira chamada *Pau Pelado*. Isso porque ela se formou em torno de uma árvore de tronco fino e de galhos desfolhados. Essa feira se caracterizava por algumas barracas de madeira improvisadas e cobertas com lonas. Os ambulantes circulavam abertamente promovendo seus negócios. Além disso, havia uma organização baseada em um acordo tácito entre os barraqueiros que demarcavam seu espaço com pequenas estacas de madeira delimitando, dessa forma, o lugar para serem erguidas as precárias estruturas de madeira. No acordo firmado, as pessoas se conheciam e se respeitavam; nesse tempo se conhecia o freguês e se vendia fiado.

Todos da recém-formada cidade se dirigiam à feira, pois era um dos poucos comércios que ofereciam variedade de produtos de mercearia naquele momento. Era comum a prática do 'troca-troca', realizada por pequenos produtores rurais que traziam animais como galináceos, suínos e caprinos, e pessoas que traziam objetos como utensílios domésticos e ferramentas, entre outras coisas. O espaço precário num descampado impunha a dificuldade de acesso, nos tempos de seca, pela poeira e redemoinhos, e em tempos de chuva pelo lamaçal, que se formava nos corredores das barracas.

Posteriormente criou-se o projeto da 'Feira Permanente de Ceilândia' (1978), o qual vincularia a feira à Administração Regional, já pagando impostos e com alvará de funcionamento. O sentido da expressão 'feira permanente' se opunha ao sentido lato de 'feira livre', pois esta não tinha um lugar fixo, nem era atendida em termos de segurança ou pavimentação. A Administração Pública cria um projeto de fixação dos feirantes, o que denota um planejamento tardio para instituições como a feira e comércio popular, enquanto parte de um imaginário que não condizia com o tipo de ordenamento territorial para a vida urbana da nova capital. Diante disso, os feirantes que buscavam o troca-troca logo não encontravam mais a oportunidade de circular dentro da Feira Permanente pela ação fiscalizadora e coercitiva da Administração.

Na medida em que Ceilândia foi considerada um modelo de assentamento para o qual todas as comunidades ocupantes de favelas do Distrito Federal deveriam ser realocadas, houve um processo de crescimento urbano acelerado, chegando a triplicar sua população nos dez primeiros anos. À proporção que a cidade se expandia, criando novos setores habitacionais, o excedente das barracas da Feira Central era também encaminhado para a criação de outras feiras como as dos Setores P-Sul, P-Norte, Guariroba, Expansão do Setor 'O'.

Posteriormente, nos anos oitenta, muitos barraqueiros insatisfeitos com a remoção para setores mais distantes do centro da cidade e, portanto, com um movimento relativamente menor, retornavam reassumindo ao antigo posto na condição de camelôs, a qual tem aspecto irregular. Este fato tornou a região central

literalmente tomada por mais de 1500 barracas irregulares e causadoras de um enorme impacto ambiental na região mais valorizada pelo mercado imobiliário da cidade. Após diversas tentativas de retirada, os camelôs foram inseridos no mais recente projeto para regularização de mercados informais definido como 'shopping popular', que foi inaugurado em 2007.

O surgimento de espaços comerciais informais como no caso de Ceilândia expressam uma dinâmica semelhante ao surgimento de feiras livres que se constituíram em maior ou menor grau em fator do desenvolvimento das cidades brasileiras, num espaço interativo de maior complexidade de representações sociais, que desde suas origens possuiu uma vocação para a vida urbana mercantil, tornando-se assim um fenômeno urbano relacionado ao associativismo em função de questões materiais de subsistência. Além disso, a feira é associada a um espaço lúdico, de festa e de carnaval. Ali ocorre uma grande multiplicidade de elementos combinados de forma heterogênea, aspectos locais e regionais nos quais se reforçam os valores de identificação sertaneja definidas pela grande maioria de imigrantes nordestinos, como no caso de Brasília. O que também é recorrente em outras metrópoles brasileiras (MORALES, 1993), ultrapassando, portanto, a compreensão de feira compreendida enquanto um simples lugar de mercado, de compra e venda de bens de consumo.

De fato, as principais feiras hoje já não trazem os aspectos tradicionais quanto à forma de circulação de mercadoria; já se encontram em meio a uma época moderna desprendida de uma noção de comunidade. O dinheiro deu lugar à troca direta de mercadorias:

O homem encontrava-se encadeado numa comunidade, [...] sua personalidade era incorporada nos círculos de interesses práticos ou sociais [essa contradição criada pela utilização do dinheiro] possibilitou a autonomia da personalidade e deu a ela uma liberdade de movimentos (SIMMEL, 1973, p. 24).

Nesta nova constelação, o dinheiro passa a ser o referencial dessa prática de intercâmbio.

Pode-se afirmar que há uma larga tradição de feiras no Brasil, as quais podem ser constatadas, em diversas regiões; cada uma adquirindo características próprias, de acordo

com os símbolos de representação locais. Elas se materializam como espaços de circulação de mercadorias e uma extensão que envolve o ambiente rural e o urbano definido historicamente e constituinte de uma memória coletiva. Nesse caso, Brasília seria aparentemente uma ruptura desse modelo, já que é uma cidade planejada previamente, contudo, ao se considerar alguns aspectos, como a escassez de recursos econômicos do imigrante associada ao seu imaginário campesino, que trazem a feira para a periferia urbana da metrópole moderna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anos setenta constituíram um marco em termos de políticas de assentamentos urbanos para populações pobres em torno de espaços metropolitanos como Brasília (PAVIANI, 1997). A cidade marcada pelos valores de trabalho e eficiência da moderna burocracia deveria marcar a transição para um novo sentido de desenvolvimento para o país. Contudo, apesar do seu imponente desenho urbanístico, Brasília, com seu rígido controle da área do Plano Piloto da cidade, não impediu a rápida especulação e marginalização urbana típica de países latino-americanos como o Brasil, que hoje possui grande parte de sua população vivendo em grandes centros urbanos sob condições materiais precárias.

A escolha da planificação como elemento estrutural da urbanização se depara com outros processos estruturantes da ocupação do solo urbano relacionado principalmente à especulação imobiliária. O comércio informal promove sua inserção naqueles vazios urbanos onde ainda há pouca influência das empresas imobiliárias, que no caso de Brasília geralmente é o próprio Estado. Dessa forma, as feiras inicialmente surgem enquanto lugar de mercado na periferia urbana, estabelecendo vínculos essenciais da sociabilidade urbana, que num segundo momento confrontam os mecanismos burocráticos que visam ordenar o espaço territorial.

Para essa população da Ceilândia, o sentido do espaço público que previa um amplo acesso aos seus moradores a serviços coletivos é

um desafio que passa a ser enfrentado a partir de outros valores de sociabilidades. O trabalho informal e comunitário, como observados em feiras populares e pequenos mercados, atravessam toda a história de Brasília como um contraste invisível frente à arquitetura do concreto. Essas formas de associação em torno do lugar do mercado deixam algumas pistas para a descoberta de outra Brasília para além do arranjo impessoal da arquitetura modernista, em direção a outro sentido de memória constituída por seus habitantes que ressignificam a cidade a partir de seu cotidiano.

REFERÊNCIAS

AMMANN, S. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1987.

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. **Caderno de pesquisa 10**. Feiras livres. Brasília: [s.n.], 2004.

BATISTA, C. **Cultura e magia na feira do guará: uma feira como lugar de entrecruzamentos culturais e configurações identitárias**. 2003. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

CASTELLS, M. **La cuestión urbana**. 2. ed. México: Siglo Veintiuno, 1976.

COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL – CODEPLAN. **Envolvimento do Planalto Central. Anuário Estatístico do Distrito Federal**, Brasília: Codeplan, 1969.

_____. **Anuário estatístico do Distrito Federal**. Brasília: Codeplan, 1997.

COSTA, M. (Org.). **Lúcio Costa: registro de uma vivência**. Brasília: EDUnB/Empresa das Artes, 1995.

CRUZ, N. **Decifra-me ou te devoro! O caos urbano nas cidades contemporâneas: o caso de Brasília**. 2003. 148 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

- COULON, A. **A escola de Chicago**. Campinas: Papirus, 1995.
- FREITAG, B. **A cidade dos homens**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.
- HARDOY, J. E.; SCHAEDEL, R. P. **Las ciudades de América Latina y sus áreas de influencia a través de la historia**. Buenos Aires: Siap, 1975.
- JOAS, H. Interacionismo simbólico. In: GIDDENS, A.; TUNER, J. **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p. 127-174.
- KOVARICK, L.; CARVALHOSA, M.; GRAEFF, E. **Os cidadãos da marginal**. São Paulo: Paz e Terra, 1973.
- LARAIA, R. **Candangos e pioneiros**. Brasília: Universidade de Brasília, 1996. (Série Antropológica do Departamento de Antropologia).
- MONTAÑO, J. **Los pobres de la ciudad en los asentamientos urbanos espontáneos**. México: Siglo XXI, 1983.
- MORALES, L. A. **A feira de São Cristóvão: um estudo regional**. 1993. 155 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Museu Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.
- MUMFORD, L. **The city in history: its origins, its transformations and its prospects**. Middlesex: Penguin, 1961.
- NUNES, B. F. (Org.). **Brasília: a construção do cotidiano**. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- PAVIANI, A. (Org.). **Urbanização e metropolização**. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.
- _____. **Brasília: a gestão urbana, conflitos e cidadania**. Brasília: Universidade de Brasília; Codeplan, 1997.
- RIO, J. do. **A alma encandadora das ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SASSEN, S. **The global city: New York, London, Tokyo**. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- SILVA, L. S. D. da. **A construção de Brasília: modernidade e periferia**. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.
- SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 11-25.
- SOUSA, N. B. de. **Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.
- VASCONCELOS, J. A. de. **As cidades satélites de Brasília**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- WEBER, M. **Economia e sociedade: juntamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e de Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. Título original: *Wirtschaft und Gesellschaft*.

Recebido: 29/07/2008

Received: 07/29/2008

Aprovado: 11/11/2008

Approved: 11/11/2008

Revisão: 24/06/2009

Review: 06/24/2009